

Handwritten signature or initials in the top right corner.

Relatório &
Contas 2019



ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL	7
ENQUADRAMENTO SETORIAL	7
ATIVIDADE	10
RECURSOS HUMANOS	12
INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	14
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	14
GASTOS OPERACIONAIS	16
INDICADORES ECONÓMICO - FINANCEIROS	17
PERSPETIVAS	20
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22
INFORMAÇÃO SOBRE ORGÃOS SOCIAIS	23
APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS	29
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
BALANÇO	31
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	32
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	33
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	34
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS	66
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	67
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	70
RELATÓRIO DE AUDITORIA	74

ACIONISTAS



EDA, Electricidade dos Açores, S.A. – 74,9%



Novabase Business Solutions – 25,1%

Capital Social: 300.000 euros



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi planeado nas perspetivas do reforço da estrutura financeira e da aposta em novos projetos focalizados numa abordagem diferenciadora ao mercado.

O Conselho de Administração priorizou o reforço da autonomia financeira, da solvabilidade e da liquidez, e valorizou uma estratégia de participação diversificada da empresa no mercado, através do aumento das vendas de equipamentos e da participação em diversos projetos de interesse para a empresa e para os nossos principais clientes.

A GLOBALEDA apresentou, em 2019, uma autonomia financeira de 71%; um rácio de solvabilidade de 247%; e um indicador de liquidez geral de 298%. Melhorámos a estrutura financeira e reforçámos a sustentabilidade.

A aposta numa abordagem diferenciadora ao mercado permitiu a duplicação das vendas de produtos (acréscimos de 600 mil euros) e um crescimento do volume de negócios de serviços prestados de 4,8%. Na globalidade o volume de negócios cresceu 14% face ao ano anterior.

Importa igualmente relevar a valorização de competências técnicas e de negócio dos recursos humanos, resultante da participação em novos projetos.

Apesar da estratégia definida para 2019 ter determinado a realização de atividades comerciais com índices de rentabilidade líquida substancialmente inferiores, nomeadamente na comercialização de equipamentos (vendas) e na participação em projetos de serviços públicos regionais, a empresa obteve um aumento do volume de negócios de 14% (face a 2018) e apresenta um Resultado Antes de Impostos de 429 mil euros e um Resultado Líquido do Exercício de 345 mil euros.

Importa igualmente referir que o ano de 2019 foi o 1.º ano de impacto direto das medidas resultantes da assinatura do Acordo de Empresa.

O período novembro-dezembro 2019 marcou uma diferenciação estratégica através da implementação de um novo modelo de gestão por objetivos, cujos principais enfoques são os resultados, a participação coletiva e a inovação.

Igualmente foram lançados novos desafios e deu-se início a um ciclo orientado para projetos inovadores e replicadores cujo efeito reprodutivo consolidará a posição estruturante da empresa no mercado.

Existe uma aposta significativa no reforço de competências técnicas e de gestão de projetos, cujo objetivo principal consiste na melhoria contínua relevante da rentabilidade das vendas e dos serviços prestados.

A GLOBALEDA orgulha-se da vivência de um ambiente de paz social e de cooperação harmoniosa entre a Administração e todos os Colaboradores.

A estrutura de Recursos Humanos, a 31 dezembro de 2019, caracterizava-se por um efetivo de 101 colaboradores, dos quais 10 trabalhadores, oriundos da EDA, em regime de cedência e os restantes 91 repartidos pelos seguintes segmentos funcionais: 24% - Quadros Superiores; 34% - Rede Comercial; 32% - Técnicos Qualificados em Sistemas de Informação e Telecomunicações; 10% Administrativos e Apoio à Gestão.

A Atividade por Área de Negócio da empresa, em 2019, caracterizou-se pelos seguintes fatores:

- A Área de Negócio – Agente Vodafone – apesar da criticidade de inexistência da oferta de televisão e internet fixa por cabo, foi capaz de consolidar o seu mercado tendo como estratégia a proximidade, a qualidade de serviço e a competitividade comercial;

- A Área de Negócio das Telecomunicações – mesmo tendo em conta a estagnação da procura de operações de manutenção de infraestruturas de telecomunicações, foi capaz de crescer apostando em novos projetos estruturantes como o Sistema Integrado de Comunicação de Emergência dos Serviços de Ambiente e do Sistema Integrado de Posicionamento e Comunicações da Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações; além de se ter preparado estruturalmente para o serviço comercial do futuro – Tecnologia 5 G;

- A Área de Negócio dos Sistemas de Informação – operacionalizou a política de resposta ao mercado com venda de equipamentos com margens comerciais competitivas, mas cimentou-se com um crescimento de 35% no segmento dos serviços prestados; liderou projetos inovadores como a plataforma da RIAC – Rede Integrada de Apoio ao Cidadão ou o Portal do Governo Regional; e apetrechou-se tecnicamente para a orientação comercial nas tecnologias da terceira plataforma e os aceleradores de inovação.

Aos nossos Clientes deixamos uma mensagem de confiança e de compromisso na valorização da qualidade dos nossos serviços e produtos.

Aos nossos Parceiros comunicamos a nossa aposta reforçada na cooperação como veículo prioritário para vencermos os desafios do presente e do futuro.

Aos nossos Colaboradores manifestamos um profundo agradecimento pelo seu empenho, dedicação, competência e compromisso com a estratégia da empresa.

Aos nossos Acionistas agradecemos a confiança, a colaboração permanente e a total cooperação na implementação de uma estratégia focalizada numa Empresa sustentável, com visão de rentabilidade futura, em detrimento de ações desestruturadas e pontuais meramente focadas em resultados de curto prazo.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Pedro Daniel Melo Leite

Fábio Alexandre Costa



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

De acordo com as projeções apresentadas no Boletim Económico do Banco de Portugal de dezembro de 2019, a economia portuguesa continuará em expansão, mas a um ritmo mais moderado. As taxas de crescimento da atividade económica projetadas para o período de 2019-22 são inferiores às registadas em média no período de recuperação recente. Uma parte desta evolução decorre de um enquadramento externo menos favorável.

A taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB) projetado para 2019 é de 2%.

Em 2019, o PIB mundial deve registar uma taxa de variação de 2,7% e a área euro uma variação de 1,2%. As taxas de juro de curto prazo (EURIBOR a 3 meses) situaram-se em -0,4%.

Embora havendo uma desaceleração nas taxas em relação ao ano de 2018, o Banco de Portugal conclui que essa desaceleração projetada do PIB é resultado de um processo de maturação do ciclo económico, observado igualmente nas outras economias avançadas, que se traduz numa aproximação dos níveis de crescimento ao ritmo de crescimento potencial da economia.

Estes constrangimentos estruturais devem constituir os principais eixos de ação da política económica, considerando não apenas a quantidade, mas também a qualidade dos fatores. Neste quadro, merecem as medidas que promovam o aumento da produtividade, num contexto de limitações ao aumento da oferta de trabalho, a produtividade torna-se o fator crucial de crescimento da economia portuguesa e da sua resiliência face aos desafios da próxima década, onde se incluem também a rápida transformação tecnológica em curso e a sustentabilidade ambiental.

ENQUADRAMENTO SETORIAL

A Globaleda, como qualquer organização enfrenta grandes desafios que a obrigam a melhorar continuamente o seu conhecimento; o seu posicionamento; e a apostar decisivamente no desenvolvimento e tratamento da informação. Exige-se maior interação com os clientes; o aumento da eficácia nos processos; uma nova conduta na identificação e exploração de novos negócios e de mercados e consequentemente o aumento dos índices de produtividade e rentabilidade.

Ao nível da atividade de agente comercial Vodafone, destaca-se a execução de um conjunto de ações para melhor articulação dos objetivos entre operadora e o agente comercial quer na monitorização e controlo dos resultados, quer no alinhamento dos objetivos com os comerciais. Paralelamente, a Globaleda continuou com a consolidação

das atividades do centro técnico autorizado para prestação de serviços, instalações de equipamentos fixos de reparação de equipamentos terminais e logística.

Não obstante a forte dinâmica concorrencial deste mercado, a posição da Vodafone no mercado regional tem resistido, considerando-se que a Globaleda desempenhou um papel importante na persecução desse objetivo. Neste contexto, a qualidade de serviço e a rede de atendimento de proximidade são fatores muito relevantes que aliados ao investimento efetuado na remodelação das lojas, ao alargamento da oferta de serviços e de produtos e à competitividade da oferta em si, proporcionam um contrapeso relativamente aos efeitos negativos da inexistência de oferta convergente da Vodafone nos Açores, nomeadamente televisão e internet fixa por cabo. Por outro lado, a competitividade dos tarifários praticados, muito apelativos ao consumidor, são de baixo valor e, portanto, de baixo score.

O setor das telecomunicações prosperou em 2019, prevendo-se a continuidade desta tendência durante os próximos anos. A espera pelo lançamento comercial do 5G finalmente chegou ao fim e o desempenho exímio de muitas empresas de telecomunicações, incluindo operadores, ajudou a impulsionar o setor, assim como as impressionantes inovações contínuas quer nas frentes de negócio como na tecnologia.

A maior mudança isolada no cenário da indústria foi o lançamento do serviço comercial 5G em diferentes partes do mundo. Embora, até agora, o serviço mais comercializado tenha sido o acesso à internet de banda larga, incluindo o acesso móvel e móvel fixo. Os serviços B2B, incluindo serviços 5G servindo outros mercados verticais, perspetivam-se dominantes num futuro próximo.

Os investimentos na indústria do IoT estiveram em franco crescimento um pouco por todo o mundo, onde a conectividade é apenas uma pequena parte de toda a cadeia de valor. Neste sentido, os operadores de telecomunicações esperam desempenhar um papel muito mais forte neste ecossistema.

Em contraciclo, a área do LMR (Land Mobile Radio) no setor da segurança pública atingiu, pelo terceiro ano consecutivo, um novo decréscimo. Isto deveu-se, em parte, a um ou mais dos seguintes fatores: maturidade do mercado LMR, redes relativamente recentes que não justificam a renovação da infraestrutura após convergência do analógico para o digital e/ou desnecessidade de aumentar a capacidade de voz uma vez que, tendencialmente, uma quantidade crescente de comunicações é transmitida por texto, dados, fotos e vídeo.

Já no setor industrial e de negócios, houve um ligeiro aumento de acordo com os dados da ULS da FCC.

Na operação e Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações, compreendendo as atividades de conceção, projeto, fornecimento, instalação e de manutenção de infraestruturas e equipamentos de telecomunicações, cuja receita está expressa maioritariamente em termos das prestações de serviços, verificou-se um decréscimo face ao

exercício 2018. Esta tendência deveu-se, essencialmente, a uma descida na atividade de desenvolvimento, fornecimento e instalação de projetos do setor, dada a ausência de objetivos estratégicos e consequente fraca adesão das entidades ao sistema de incentivos comunitários, disponíveis para este setor. Em compensação, foram tomadas medidas de otimização de custos operacionais que se reverteram num ligeiro aumento de receita face ao ano transato.

A Globaleda presta serviços de operação e manutenção de infraestruturas e telecomunicações a vários operadores e grupos fechados de utilizadores, com atividade no continente e região. Durante 2019 foi ainda assegurada a operação e manutenção da rede de monitorização do ciclo hidrológico grupo oriental da Direção Regional do Ambiente dos Açores.

No âmbito da atividade da conceção e desenvolvimento de projetos, destacamos a conclusão da expansão a nível regional do Sistema Integrado de Comunicações de Emergência dos Serviços de Ambiente, assim como a conclusão da primeira fase do Sistema Integrado de Posicionamento e Comunicações da Direção Regional de Obras Públicas e Comunicações.

Este conjunto de serviços proporciona uma posição muito particular à Globaleda. Neste segmento de mercado, detém uma carteira de trabalho interessante, onde se perspetiva uma estabilidade de negócios para os próximos anos.

No setor dos Sistemas de Informação as tecnologias da terceira plataforma e os aceleradores de inovação terão um grande crescimento nos próximos anos. Esta transformação digital irá originar novas oportunidades de negócio em áreas como internet of things, cloud, big data, artificial intelligence, blockchain e cybersecurity, entre outras, e potenciar o aumento de investimento na inovação de produtos, serviços e processos de negócio, fidelização de clientes e aumento das receitas.

O processo de desenvolvimento e crescimento estará subjacente à adoção de metodologias e soluções inovadoras de Sistemas de Informação. A Globaleda acompanha estas tendências de mercado e analisa quais as melhores soluções que levam a uma eficaz dinamização do negócio e à transformação dos processos tecnológicos das organizações.

A área dos Sistemas de Informação contempla a prestação de serviços de consultoria, conceção, desenvolvimento, fornecimento, instalação, implementação, manutenção e monitorização de diversas soluções tecnológicas. Possui uma equipa multidisciplinar com foco na maximização da satisfação dos clientes, sendo a área com maior volume de negócios da empresa, fruto da forte dinâmica comercial que imprime diariamente e da qualidade dos serviços que presta. Valorizar e capacitar as pessoas é fundamental, pois são o ativo mais importante dos Sistemas de Informação.

A equipa dos Sistemas de Informação atua numa área tecnológica complexa, extremamente competitiva e em constante evolução, onde os desafios dos clientes são permanentes. Estes desafios contribuem para a evolução contínua e motivam a constante procura e desenvolvimento dos melhores produtos e soluções tecnológicas, com o objetivo de acrescentar valor aos clientes. Neste mercado competitivo e em constante evolução, as parcerias estratégicas são fundamentais para potenciar competências. Os Sistemas de Informação contam com as melhores parcerias tecnológicas a nível internacional.

ATIVIDADE

Em 2019, a atividade da Globaleda, obteve um volume de negócios que ascendeu o valor de 6 933 625,05 euros, incluindo outros rendimentos operacionais, os proventos totais ascendem ao valor de 7 081 103,89 euros, representando um acréscimo de 14% em relação ao ano de 2018.

	(milhares de euros)						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 19/18 (%)
Vendas	950	699	130	90	583	1189	103,9%
Prestação de Serviço	4683	6391	6639	5894	5483	5745	4,8%
Outros Rendimentos	192	135	161	107	145	147	1,4%
Total	6 025	7 225	6 930	6 091	6 211	7 081	14,0%

A atividade da Globaleda, enquanto agente comercial Vodafone, apresentou um decréscimo de 0,5%, quando comparada com o ano anterior, representando um total de proventos de 1 085 mil euros em 2019, e em 2018 de 1 090 mil euros.

O número total de ativações regista um acréscimo da atividade líquida Residencial de 2,2% quando comparado com o valor registado no ano anterior. A análise dos valores relativos ao setor empresarial deve ter em consideração a maturidade e renovação de contratos com grande impacto no total da carteira. O número de ativações no setor Empresarial em 2019 apresenta um acréscimo de 5,6%, face ao ano anterior. No total de ativações a Globaleda obteve um acréscimo de 2,8% face a 2018.

Nº Ativações	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Var.% 2019/2018
Atividade Líquida Residencial	18 073	18 627	18 322	20 933	24 384	24 924	2,2%
Atividade Líquida Empresarial	3 452	6 673	4 207	6 670	4 994	5 274	5,6%
Total	21 525	25 300	22 529	27 603	29 378	30 198	2,8%

As vendas e prestações de serviço de Operação e Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações compreendem as atividades de conceção, projeto, fornecimento, instalação e manutenção de infraestruturas, cujo volume de faturação ascendeu a 1.690 mil euros, verificando-se um decréscimo de 12,5%, face ao valor registado no ano anterior. No segmento das vendas de equipamentos de telecomunicações, foi obtido um acréscimo de 62,7% face a 2018, e nas prestações de serviço um decréscimo de 22,4 % face o ano anterior, em sequência da estagnação do mercado regional neste setor. Foram os novos projetos angariados e implementados no decurso de 2019, resultantes de uma ação proativa e de dinamismo comercial, que impactaram e sustentaram a área das telecomunicações, tendo-se mantido estacionárias todas as restantes atividades de operação e manutenção que caracterizam a atividade corrente e de maior sustentação desta área de negócio.

As vendas e prestações de serviços na área de Sistemas de Informação compreendem as atividades de consultoria, conceção, desenvolvimento, fornecimento, instalação, implementação, manutenção e monitorização que ascenderam a 4.306 mil euros, verificando-se um acréscimo de 35%, face ao valor registado em 2018. As vendas apresentaram um aumento de 167% face a 2018, e as prestações de serviço um acréscimo de 22,1% face a 2018. No global, a área dos Sistemas de Informação representou cerca de 62% do Volume de Negócios da Empresa, decorrente da dinâmica comercial e da qualidade dos serviços prestados.

A Globaleda possui desde 2018 o sistema integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, segundo os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001. Durante o ano reforçou-se o sistema, promovendo-se a eficiência da organização, o desenvolvimento das competências dos trabalhadores e da empresa e, desse modo, a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

[milhares de euros]

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 19/18 (%)
Móveis	1659	1453	989	995	1090	1085	-0,5%
Vendas Equipamentos Móveis	950	699	130	90	74	65	-32,2%
Comissões e Outros Serviços	517	619	698	798	871	873	0,2%
Outros Rendimentos	192	135	161	107	145	147	1,4%
Infraestruturas de Telecomunicações	1743	3272	2732	1354	1931	1690	-12,5%
Venda equipamentos Telecomunicações	0	0	0	0	225	366	62,7%
Prestação Serviço equipamentos Telecomunicações	1743	3272	2732	1354	1706	1324	-22,4%
Sistemas de Informação	2623	2500	3209	3742	3190	4306	35,0%
Venda equipamentos Sistemas de Informação	0	0	0	0	284	758	166,9%
Prestação Serviço Sistemas de Informação	2623	2500	3209	3742	2906	3548	22,1%
Total	6.025	7.225	6.930	6.091	6.211	7.081	14,0%

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Globaleda contava com 101 trabalhadores ao seu serviço, dos quais 71 pertencem ao quadro permanente, 20 eram trabalhadores contratados a termo e 10 trabalhadores, oriundos da EDA, S.A., em regime de cedência.

No ano de 2019, os custos com pessoal ascenderam o valor de 2 322 962,23 euros resultando num acréscimo de 13,7% face ao ano de 2018, contribuindo para este crescimento a aplicação do Acordo da Empresa assinado no final do ano de 2018.

O custo dos trabalhadores em regime de cedência à Globaleda, em 2019 ascendeu a 690.465,43 €, custo este considerado em FSE.

Recursos Humanos (*)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 19/18 (%)
Quadros Superiores	13	17	18	16	17	22	29,4%
Contratos sem termo	8	10	11	11	11	14	27,3%
Contratos a termo (**)	5	7	7	5	6	8	33,3%
Quadros Técnicos	64	61	57	62	63	60	-4,8%
Contratos sem termo	49	48	49	50	51	47	-7,8%
Contratos a termo	15	13	8	12	12	13	8,3%
Administrativos e Apoio	7	7	8	8	8	9	12,5%
Contratos sem termo	7	7	8	8	8	9	12,5%
Contratos a termo	0	0	0	0	0	0	0,0%
Total Pessoal	84	85	83	86	88	91	3,4%
Quadro Permanente	64	61	68	69	70	71	1,4%
Contratos a termo	20	24	15	17	18	20	11,1%
Pessoal EDA - Cedido	13	12	11	11	10	10	0,0%
Total	97	97	94	97	98	101	3,1%
Gastos c/ Pessoal (mil euros)	1787	1845	1851	1865	2043	2323	13,7%

(*) Número de trabalhadores ao serviço em 31 de Dezembro

(**) Inclui dois administradores a tempo inteiro

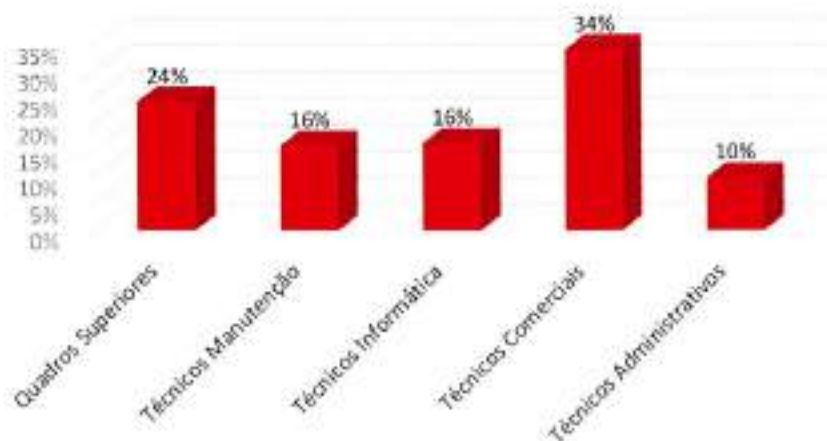
A Globaleda tem trabalhadores nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial, e em Lisboa, garantido uma cobertura quase integral do território nos Açores, com competências técnicas nas diferentes áreas de serviço, para além da atividade de agente comercial Vodafone.

Ilha	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 19/18 (%)
S. Miguel	59	61	61	61	63	66	4,8%
Sta. Maria	1	2	1	1	1	1	0,0%
Terceira	10	10	9	10	9	9	0,0%
S. Jorge	2	2	2	3	2	2	0,0%
Pico	5	3	3	3	4	4	0,0%
Faial	3	3	3	4	4	5	25,0%
Açores	80	81	79	82	83	87	4,8%
Lisboa	4	4	4	4	5	4	-20,0%
Total	84	85	83	86	88	91	3,4%

A este quadro de pessoal corresponde um conjunto de competências fundamentais para o desenvolvimento das atividades da Globaleda.

Qualificações Profissionais	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 19/18 (%)
Quadros Superiores	13	17	18	16	17	22	29,4%
Técnicos Manutenção	13	14	12	14	15	14	-6,7%
Técnicos Informática	16	17	15	17	16	15	-6,3%
Técnicos Comerciais	35	30	30	31	32	31	-3,1%
Técnicos Administrativos	7	7	8	8	8	9	12,5%
Total	84	85	83	86	88	91	3,4%

Recursos Humanos - Qualificações - 2019



A empresa promove uma cultura de serviço assente no conhecimento e no envolvimento de todos os seus trabalhadores, de modo a garantir a integração, a partilha e a responsabilidade pela criação de valor para a empresa, para os clientes e para os acionistas.

A valorização profissional através do reconhecimento do desempenho, a par da formação e da integração em projetos desafiantes, reconhecidos pelos nossos clientes pela forma como colaboramos e acrescentamos valor, são fatores de motivação de gratificação e de diferenciação da empresa no mercado.

Em 2019, foram concretizados investimentos em equipamentos e mobiliário. Foi garantida a manutenção da certificação do sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho, de acordo com a OHSAS 18001, mitigando risco para todos aqueles que conosco trabalham e valorizando as nossas pessoas. Proporcionamos importante formação profissional, ao nível das melhores práticas internacionais.

INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Os Rendimentos Operacionais da empresa resultam essencialmente de Vendas, Prestações de Serviços, de Outros Rendimentos e Ganhos e reversões relacionados com a comercialização de comunicações móveis e equipamentos, enquanto agente Vodafone, a par da prestação de serviços na área das Infraestruturas de Telecomunicações.

Em 2019, os proveitos operacionais ascenderam a 7 086 mil euros. No período anterior foram 6 226 mil euros, o que corresponde a um acréscimo de 13,8%.

	[milhares de euros]						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 19/18 (%)
Vendas	950	699	130	90	583	1189	103,9%
Prestação de Serviço	4883	6391	6639	5894	5403	5245	4,9%
Subsídio a Exploração	0	0	10	36	7	0	-100,0%
Reversões	0	0	0	75	8	5	-37,5%
Outros Rendimentos	192	135	161	107	145	147	1,4%
Total	6 025	7 225	6 940	6 182	6 226	7 086	13,8%

Em 2019, as vendas totalizam o valor de 1.189 mil euros resultante de um acréscimo de 104% em relação ao ano de 2018. O total das vendas resulta de: 65 mil euros relacionada com venda de equipamentos de comunicações móveis, 366 mil euros da comercialização de equipamentos de telecomunicações e rádio e de 758 mil euros da comercialização de equipamentos de informática.

As vendas representam 17,1 % do Volume de Negócios de 2019.

As prestações de serviços totalizaram o valor de 5.745 mil euros e registam um crescimento de 4,8% em relação a 2018. Este valor é resultante das comissões referente a comercialização de telemóveis e outros serviços no valor de 873 mil euros, de serviços de projetos de instalação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações no valor de 1.324 mil euros e dos serviços de sistemas de informação no valor de 3.548 mil euros.

As prestações de serviço representam 82,8 % do Volume de Negócios de 2019

Em relação aos outros rendimentos e ganhos operacionais, ascende o valor de 152 mil euros.

(milhares de euros)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 19/18 (%)
Vendas	950	699	130	90	583	1189	103,9%
Vendas Equipamentos Móveis	950	699	130	90	74	65	-12,2%
Venda equipamentos Telecomunicações	0	0	0	0	225	366	62,7%
Venda equipamentos Sistemas de Informação	0	0	0	0	284	758	166,9%
Prestação de Serviço	4863	6391	6639	5894	5483	5745	4,8%
Comissões e Outros Serviços	517	619	698	798	871	873	0,2%
Infraestruturas de Telecomunicações	1743	3272	2732	1354	1706	1324	-22,4%
Sistemas de Informação	2623	2500	3209	3742	2906	3548	22,1%
Subsídio à Exploração	0	0	10	16	7	0	-100,0%
Subsídio à Exploração	0	0	10	16	7	0	-100,0%
Reversões de Imparidades de Clientes	0	0	0	75	8	5	-37,5%
Reversões de imparidades de Clientes	0	0	0	75	8	5	-37,5%
Outros Rendimentos	192	135	161	107	145	147	1,4%
Outros Rendimentos Operacionais	192	135	161	107	145	147	1,4%
Total	6 025	7 225	6 940	6 182	6 226	7 086	13,8%

GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais em 2019 ascenderam a 6.650 mil euros, no ano anterior este valor foi de 5.458 mil euros, o que corresponde a um acréscimo de 21,8%.

(milhares de euros)							
Gastos Operacionais	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Varição 20/18 (%)
Costo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	945	674	122	- 96	432	691	106,3%
Fornecimentos e serviços externos	2 781	3 902	4 035	3 025	2 671	3 331	16,0%
Gastos com o pessoal	1 786	1 845	1 801	1 665	2 043	2 323	13,7%
Amortizações	143	215	210	235	106	87	-17,9%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	1	28	65	2	-	8	
Outros gastos e perdas	24	16	9	7	6	10	66,7%
Total	5 682	6 680	6 292	5 231	5 458	6 650	21,8%

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos ascenderam a 3.331 mil euros, representaram 50% dos gastos operacionais, estando contemplado nestes gastos, os custos afetos a projetos de telecomunicações e sistemas de informação, e os gastos com os trabalhadores cedidos pela EDA.

Os gastos com pessoal ascenderam a 2.323 mil euros e representam 34,9 % dos gastos operacionais. O acréscimo verificado resulta em boa parte da entrada em vigor dos compromissos resultantes do Acordo da Empresa.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis ascenderam a 87 mil euros. As imparidades por perdas de inventários totalizaram 8 mil euros e os outros gastos e perdas operacionais ascenderam a 10 mil euros.

INDICADORES ECONÓMICO - FINANCEIROS

O resultado líquido do exercício económico de 2019 foi de 344 551,64 euros.

	[euros]					
BALANÇO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ATIVO NÃO CORRENTE	1 042 643	1 062 855	986 381	929 632	716 362	727 591
Ativos fixos tangíveis	728 477	838 848	891 034	929 253	714 533	717 569
Ativos intangíveis	165 297	108 624	51 951	-	-	-
Outros investimentos financeiros	5	5	5	5	5	9 909
Ativos por impostos diferidos	148 864	115 378	43 391	374	1 824	113
ATIVO CORRENTE	2 861 220	3 931 303	3 652 167	3 375 226	4 694 503	4 501 762
Inventários	109 251	24 698	16 035	16 595	72 788	135 606
Clientes	2 056 439	3 291 998	3 008 891	1 984 226	2 687 934	847 107
Adiantamentos a fornecedores	3 924	14 766	9 140	-	-	-
Estado e outros entes públicos	5 587	-	-	-	-	64 545
Acionistas/sócios	-	-	-	-	-	1 550 000
Outros créditos a receber	463 114	512 190	539 288	791 309	627 527	1 394 829
Diferimentos	36 801	22 905	68 222	9 623	284 343	337 655
Caixa e depósitos bancários	186 104	64 746	10 591	573 473	1 021 911	172 020
TOTAL DO ATIVO	3 903 863	4 994 158	4 638 548	4 304 859	5 410 865	5 229 353
CAPITAL PRÓPRIO	986 100	1 421 794	1 927 357	2 691 213	3 376 364	3 720 916
Capital subscrito	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000
Reservas legais	64 464	64 464	64 464	64 464	64 464	64 464
Outras reservas	500 866	500 866	500 866	500 866	500 866	500 866
Resultados transitados	78 858	120 770	556 464	1 062 028	1 825 883	2 511 035
Resultado líquido do período	199 628	435 694	505 564	763 855	685 151	344 551
PASSIVO NÃO CORRENTE	426 914	113 795	-	-	-	-
Empréstimos de acionistas	426 914	113 795	-	-	-	-
PASSIVO CORRENTE	2 490 849	3 458 569	2 711 191	1 613 646	2 034 501	1 508 438
Fornecedores	1 348 404	1 548 890	861 018	667 022	880 219	967 066
Estado e outros entes públicos	132 380	282 485	153 324	298 165	258 925	72 752
Acionistas/sócios	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	273 979	817 098	1 191 914	-	-	-
Outras dívidas a pagar	696 131	356 686	318 421	305 853	522 092	443 439
Diferimentos	39 955	453 410	186 514	342 606	373 265	25 180
TOTAL DO PASSIVO	2 917 763	3 572 364	2 711 191	1 613 646	2 034 501	1 508 438
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	3 903 863	4 994 158	4 638 548	4 304 859	5 410 865	5 229 353

	(euros)					
Demonstração Resultados	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Rendimentos e Gastos						
Vendas e serviços prestados	5 832 879	7 090 215	6 768 995	5 983 956	6 065 350	6 933 625
Subsídios à exploração	-	-	10 237	16 400	7 215	-
Gasto das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(944 919)	(673 808)	(121 683)	(96 147)	(431 565)	(891 250)
Fornecimentos e serviços externos	(2 781 352)	(3 901 709)	(4 034 538)	(3 025 938)	(2 870 831)	(3 331 048)
Gastos com o pessoal	(1 786 536)	(1 844 684)	(1 851 366)	(1 865 367)	(2 043 014)	(2 322 062)
Impairidade de inventários (perdas/reversões)	(1 358)	(27 902)	(65 271)	74 552	-	(8 077)
Impairidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-	-	8 397	4 681
Outros rendimentos e ganhos	192 437	134 735	161 000	107 015	144 777	147 479
Outros gastos e perdas	(23 512)	(15 624)	(9 061)	(7 275)	(6 348)	(9 988)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	487 999	261 323	858 333	1 187 248	873 983	522 360
Gastos/reversões da depreciação e de amortização	(144 617)	(215 133)	(209 621)	(234 606)	(105 530)	(86 800)
Impairidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos financiamentos e impostos)	342 982	546 190	648 712	952 643	768 453	435 511
Juros e rendimentos similares obtidos	-	47	-	-	-	1 724
Juros e gastos similares suportados	(81 313)	(33 147)	(21 072)	(10 414)	(8 308)	(8 308)
Resultado antes de impostos	261 669	513 090	627 640	942 229	760 144	428 925
Imposto sobre o rendimento do período	(62 041)	(77 396)	(122 077)	(178 374)	(74 993)	(94 374)
Resultado líquido do período	199 628	435 694	505 564	763 855	685 151	344 551

Mesmo tendo a Globaleda reduzido o seu resultado líquido face ao ano anterior, no final do período em análise, 2019, verifica-se o cumprimento dos objetivos delineados e a recuperação dos indicadores económicos e financeiros da empresa com particular ênfase para os Capitais Próprios e a consequente melhoria dos restantes indicadores, nomeadamente de solvabilidade e de liquidez, conforme se pode aferir no quadro seguinte:

(milhares de euros)

INDICADORES	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Volume de Negócios	5833	7090	6769	5984	6065	6934
Varição Anual (%)	34%	22%	-5%	-12%	1%	14%
Custos Operacionais	5682	6679	6292	5231	5457	6642
Varição Anual (%)	22%	18%	-6%	-17%	4%	22%
EBIT (Resultado Operacional)	343	546	649	953	768	436
EBITDA (EBIT + Amortizações)	488	761	858	1187	874	522
Resultado Líquido	200	436	506	764	685	345
Capitais Próprios	986	1422	1927	2691	3376	3721
Liquidez Geral (%)	115%	114%	135%	209%	231%	298%
Ativo Corrente/Passivo Corrente						
Autonomia Financeira (%)	25%	28%	42%	63%	62%	71%
Capital Próprio/Ativo Líquido						
Solvabilidade	34	40	71	167	166	247
Capital Próprio/Capital Alheio						
Solvabilidade Total (N)	1,34	1,40	1,71	2,67	2,66	3,47
Ativo Líquido/Passivo Total						
Rentabilidade Líquida (%)	3,4%	6,2%	7,5%	12,8%	11,3%	5,0%
Resultado Líquido / Volume de Negócios						

PERSPETIVAS

Apesar das perspetivas macroeconómicas para 2020 e anos seguintes serem de alguma desaceleração, a Globaleda terá uma estratégia inovadora orientada por um Novo Modelo de Gestão por objetivos focalizado nos resultados e numa maior dinâmica comercial. Pretende-se fomentar uma cultura mais proativa na captação de novos negócios; de rentabilização e otimização dos recursos; de risco controlado e de inovação com ambição, pelo que o Plano e Orçamento para 2020-2024 traça um cenário de objetivos estratégicos muito precisos, para que a organização se sinta envolvida e motivada perante os novos desafios.

Perspetivamos o reforço e a valorização dos indicadores de desempenho económico e financeiro da empresa e particularmente estamos determinados numa orientação estratégica para os resultados e para a rentabilidade da atividade da empresa.

Apostamos num crescimento consistente e sustentável, a partir da otimização dos resultados operacionais, e assumimos objetivamente um papel inovador, diferenciador e liderante no mercado Regional dos Açores. Iremos melhorar os índices de rentabilidade consolidando a solidez e a sustentabilidade financeira da empresa.

Acreditamos no futuro porque somos obcecados pela melhoria continua dos índices de satisfação e confiança dos nossos clientes; porque fomentamos a paz social e porque priorizamos o desenvolvimento e crescimento dos Nossos Colaboradores.

Ao nível da comercialização de comunicações móveis e de equipamentos e acessórios, assente no consumo residencial e empresarial, perspetiva-se um acréscimo gradual em relação aos valores verificados em 2019.

Na área de telecomunicações, para além das atividades de operação e manutenção relativas a contratos existentes, considerou-se um acréscimo relevante, face a 2019, tendo por base uma forte aposta no mercado dos Municípios e pelo incremento a gerar pelos projetos em tecnologia inovadora já iniciados em 2020. Estima-se um volume de negócios de 2.168 mil euros para o corrente ano de 2020.

No respeitante à área dos sistemas de informação, foram identificados projetos de elevado potencial inovador, com boas taxas de rentabilidade, que estão em fase de arranque ou desenvolvimento nos mercados privado e público. A estrutura técnica de recursos humanos foi apetrechada e valorizada com vista a ser criada capacidade de resposta às solicitações do mercado e dos parceiros estratégicos da empresa. A área dos sistemas de informação, pelo pacote e serviços e contratos em carteira, terá um incremento muito significativo do volume de negócios nos próximos anos.

A Globaleda tem uma forte perspetiva de crescimento consistente e sustentável. Existe uma dinâmica comercial renovada e uma arquitetura de gestão orientada para novos desafios e para os resultados.

A aposta decisiva na Inovação, na Diferenciação e nas Parcerias Estratégicas já começou a dar frutos e dá-nos confiança total na melhoria global do desempenho económico e financeiro para 2020 e anos seguintes.

A GLOBALEDA, como empresa do Grupo EDA, aprovou e implementou um Plano de Resposta e o Plano de Contingência com o objetivo de salvaguardar a proteção e a segurança dos colaboradores e clientes no âmbito da pandemia do vírus COVID-19. A política do Grupo tem sido articulada e integrada quer no acompanhamento da evolução do vírus COVID-19, quer na adoção de medidas preventivas e gestão de riscos ajustadas a cada momento. A existência de um Gabinete de Crise do Grupo EDA tem permitido uma ação célere, eficaz e coordenada que nos cumpre relevar.

A natureza das várias atividades desenvolvidas pela Empresa determinou que também tivessem sido adotadas medidas específicas, nomeadamente para os operacionais da Direção de Telecomunicações (continuam a assegurar a assistência técnica aos clientes críticos afetos aos setores de atividade estratégicos), e para os atendedores das Lojas Vodafone que asseguram serviços mínimos no atendimento presencial aos clientes.

Apesar dos relevantes constrangimentos do período em que vivemos, especialmente após o início do Estado de Emergência e dos Cercos Sanitários aos concelhos da Ilha de São Miguel, importa relevar que no essencial a atividade operacional da Empresa continua sem grandes sobressaltos. A Direção de Sistemas de Informação tem vindo a desempenhar a sua atividade em pleno (teletrabalho e recurso a meios telemáticos); a Direção de Telecomunicações continua a assegurar todos os contratos de assistência técnica e tem vindo a corresponder a múltiplas novas solicitações (especialmente dos Municípios e do Governo Regional); e a Direção de Unidade de Negócio além de assegurar serviços mínimos no atendimento presencial, tem vindo a incrementar políticas de desburocratização e o reforço no apoio aos clientes dos segmentos empresarial e institucional.

Em sequência do referido a Empresa tem assegurado, com relativa normalidade face às circunstâncias vigentes, a continuidade da sua operação e não terá quaisquer constrangimentos no cumprimento dos compromissos financeiros assumidos.


PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a alínea j) do artigo 16.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe aos senhores acionistas que o Resultado Líquido apurado no exercício, no montante de 344.551,64 euros (trezentos e quarenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e um euros e sessenta e quatro cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Para:

Dividendos.	173.000,00 euros
Resultados Transitados	171.551,64 euros

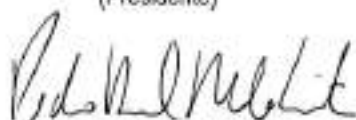
Ponta Delgada, 16 de abril de 2020



O Conselho de Administração

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

(Presidente)



Pedro Daniel Melo Leite

(Administrador)



Fábio Alexandre Costa

(Administrador)

INFORMAÇÃO SOBRE ORGÃOS SOCIAIS

A GLOBALEDA é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008 IA, de 24 de março. De acordo com o art.º 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que de seguida se explicitam.

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à Globaleda, S.A. estão vertidas nas propostas de Plano Plurianual e do Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. O referido documento é publicado no site da empresa em www.globaleda.pt, na seção Relatórios.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com n.º 1 do art.º 7.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único. Os Órgãos Sociais para o triénio 2018/2020 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 13 abril de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr.ª Maria do Carmo C. M. Marques Martins

Administrador: Eng. Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz

Administrador: Dr. Pedro Daniel Melo Leite

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Eng.ª Maria del Carmen Gil Marin

Secretário: Dr. José Emanuel Lopes Fernandes

FISCAL ÚNICO

Efetivo: UHY & ASSOCIADOS, SROC, Lda., representada por Manuel Luis Fernandes Branco, ROC n.º 652

Suplente: António Tavares da Costa Oliveira, ROC n.º 656.

Em 25 de outubro de 2019, na sequência da renúncia do Administrador Eng. Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz, foi eleito o Dr. Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro para Administrador.

A 15 de novembro de 2019 e na sequência da renúncia da Presidente do Conselho de Administração, foram eleitos o Eng.º Fábio Alexandre Costa para Administrador e o Dr. Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro para Presidente do Conselho de Administração. Desde esta data a composição dos Órgãos Sociais foi a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Administrador: Dr. Pedro Daniel Melo Leite

Administrador: Eng.º Fábio Alexandre Costa

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Eng.º Maria del Carmen Gil Marin

Secretário: Dr. José Emanuel Lopes Fernandes

FISCAL ÚNICO

Efetivo: UHY & ASSOCIADOS, SROC, Lda, representada por Manuel Luis Fernandes Branco, ROC n.º 652

Suplente: António Tavares da Costa Oliveira, ROC n.º 656.

Principais elementos curriculares de cada um dos membros do órgão de gestão e administração;

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pela Universidade dos Açores, em 1991. Participou no Programa de Gestão Avançada para Executivos, ministrado pela Universidade Católica Portuguesa; no Programa Marketing de Serviços, ministrado pela Universidade de Harvard; e no Curso Avançado de Service Level Agreements, ministrado pelo Institute for International Research. É Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 19 de março de 1991, onde atualmente exerce a função de Vogal Executivo do Conselho de Administração – mandato 2017/2020 (desde março 2018) com os Pelouros dos Recursos Humanos; Comercial e Auditoria Interna. Na EDA, SA exerceu as funções de Diretor Comercial, de 2001 a 2005; Diretor do Centro de Exploração da ilha do Pico, de janeiro de 1998 a novembro de 2001 em acumulação com a função de Chefe de Departamento Comercial para as Ilhas dos Grupos Central e Ocidental. Associado ao Grupo EDA exerceu as funções de Gerente da Controlauto, Lda., entre 1996 e 2005, e de Gerente da SEGMA no período de 2003 a 2005.

No período de 2005 a 2017 exerceu a função de Presidente do Município da Praia da Vitória tendo igualmente exercido os seguintes cargos: Presidente da Confederação dos Municípios Ultraperiféricos da Europa (2015/2016); Presidente do Conselho da Ilha Terceira (2015/2017); Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (2013/2017); Presidente da Assembleia Intermunicipal da Região Autónoma dos Açores (2009/2013); Presidente do CA da AGESPI – Sociedade Gestora do Parque Empresarial do Porto da Praia da Vitória.

Desde novembro de 2019 exerce a função de Presidente do Conselho de Administração da Globaleda.

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: licenciada em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1987. Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 1987, onde exerceu as funções de Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1990 a 1998; Diretora da Direção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Diretora da Direção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho de 2002 a novembro de 2009 e de maio de 2014 à data. Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A., em regime de cedência pela EDA, S.A., de novembro de 2008 a março de 2009; Vogal do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A. de abril de 2009 a março de 2012. Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A., de maio de 2011 a fevereiro de

2018. Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2011 à data. Presidente do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de abril de 2012 à data. Vogal do Conselho de Administração da Globaleda, S.A. de abril de 2012 a janeiro de 2016 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A., desde então até 15 de novembro de 2019.

Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, ramo Telecomunicações e Eletrónica pelo Instituto Superior Técnico, no ano letivo de 1992/93, Mestrado em Eng^a. Eletrotécnica e de Computadores, pelo Instituto Superior Técnico (Eletrónica e Automação Industrial), no ano letivo de 1996/97. Em Maio de 97 foi nomeado Diretor do Gabinete de Novos Negócios na EDA, S.A Em Abril de 98 foi nomeado Diretor Geral da Empresa Globaleda, SA; Em Janeiro de 2000 foi nomeado Administrador Delegado da ONIAÇORES, SA; Em Março de 2002 foi nomeado Administrador Delegado da Globaleda, S.A., desempenhando estas funções até 25 de outubro de 2019, com a acumulação da a Direção Técnica da Empresa; Em 1993/94 ingressou na Universidade dos Açores, onde é assistente convidado no Departamento de Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento; Foi Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros; Presidente da ACIST- Associação Empresarial de Comunicações de Portugal.

Pedro Daniel Melo Leite: Licenciado em Matemática/Informática, pela Universidade dos Açores, em 2001. Integrou a Globaleda, S.A. em 2000, como Quadro Técnico, desempenhando as funções de Programador Informático, tendo passado a Quadro Superior em 2001. Entre 2002 e 2006 exerceu as funções de Docente, como assistente convidado, na Universidade dos Açores. Entre 2004 e 2008 assumiu o cargo de Coordenador de Área Técnica na Globaleda, S.A. e, de 2009 a 2013, exerceu o cargo de Diretor na Novabase Atlântico, S.A. Entre 2014 e 2015 assumiu a Coordenação do Serviço de Projetos e Consultoria da Globaleda, S.A. Desde dezembro de 2015, é Vogal do Conselho de Administração da Globaleda, S.A.

Exerce também, as funções de Vogal da Direção do Instituto Cultural Padre João José Tavares, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Geral do Centro Sócio-Cultural de São Pedro, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Clube Náutico de Lagoa e Secretário da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa.

Fábio Alexandre Costa: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, ramo Telecomunicações e Eletrónica pelo Instituto Superior Técnico, no ano letivo de 2001/02. Integrou na Globaleda em 2002, em 2004 foi nomeado Coordenador Departamento de Manutenção Infraestruturas Móveis da Globaleda e em setembro 2013 foi nomeado Diretor Técnico do mesmo departamento. Foi Coordenador do Colégio de Engenharia Eletrotécnica da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros. Em outubro de 2019 foi nomeado Vogal do Conselho de Administração da Globaleda;

Remunerações dos Órgãos Sociais

Na reunião de 15 de novembro de 2019 a Assembleia Geral deliberou que sociedade continue a remunerar as funções dos Administradores, tal como aconteceu no mandato anterior e determinar que a componente fixa da remuneração mensal ilíquida dos senhores Administradores, com exceção do Presidente do Conselho de Administração – uma vez que a acumulação da função de gestão não é remunerada, tendo em conta o exercício do cargo de administrador executivo da EDA – Electricidade dos Açores, S. A. - a processar 14 vezes por ano, isto é, de 5.546,37 € (cinco mil, quinhentos e quarenta e seis euros e trinta e sete cêntimos), sujeita a reduções remuneratórias, quando legalmente aplicável.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA GLOBALEDA (1)

Presidente	- €
Administrador	112.726,32 €
Administrador	94.672,69 €
Administrador	7.287,02 €

(1) Remunerações e Outros Encargos

Indicação do Número de Reuniões do Órgão de Gestão e Administração com Referência Sucinta às Matérias Versadas

De acordo com os estatutos da empresa o Conselho de Administração reúne com a periodicidade que ele próprio determinar e sempre que for convocado pelo seu presidente ou por dois administradores. Durante o ano de 2019 o Conselho de Administração realizou 14 (catorze) reuniões para deliberar sobre os assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram à execução do Plano de Atividades e Orçamento de acordo com a estratégia neste delineada, à gestão corrente da sociedade no âmbito da atividade comercial da empresa e das funções de suporte, administrativa, financeira e de recursos humanos, através da apreciação das contas mensais da apreciação dos *Tableau de Bord* mensais, com desagregação de resultados por cada uma das áreas de negócio, bem como da Proposta de Plano Plurianual e do Orçamento para 2020.

Para cada reunião do Conselho de Administração foi elaborada uma ata com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

Ações próprias

Em 31 dezembro de 2019 a empresa não detinha ações próprias.

Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS

L
H
H

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

L
A
C

BALANÇO

		31 de dezembro	
		2019	2018
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	717.568	714.533
Ativos intangíveis	7	-	-
Outros investimentos financeiros	8	9.909	5
Ativos por impostos diferidos	9	113	1.824
		<u>727.591</u>	<u>716.362</u>
Corrente			
Inventários	10	135.606	72.788
Clientes	11	847.107	2.687.934
Estado e outros entes públicos	12	64.545	-
Acionistas/sócios	13	1.550.000	-
Outros créditos a receber	14	1.394.829	627.527
Diferimentos	15	337.655	284.343
Caixa e depósitos bancários	4	172.020	1.021.911
		<u>4.501.762</u>	<u>4.694.503</u>
Total do ativo		<u>5.229.353</u>	<u>5.410.865</u>
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	16	300.000	300.000
Reservas legais	17	64.464	64.464
Outras reservas	17	500.866	500.866
Resultados transitados	17	2.511.035	1.825.883
Resultado líquido do período		344.551	685.151
Total do capital próprio		<u>3.720.916</u>	<u>3.376.364</u>
Passivo			
Corrente			
Fornecedores	18	967.066	880.219
Estado e outros entes públicos	12	72.752	258.925
Outras dívidas a pagar	19	443.439	522.092
Diferimentos	15	25.180	373.265
		<u>1.508.438</u>	<u>2.034.501</u>
Total do passivo		<u>1.508.438</u>	<u>2.034.501</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>5.229.353</u>	<u>5.410.865</u>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras:

O Contabilista Certificado

 Claudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

 Pedro Daniel Melo Leite

 Fábio Alexandre Costa

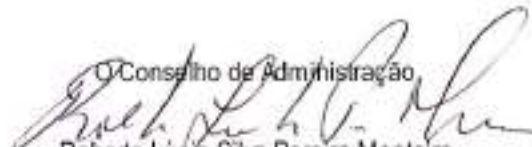

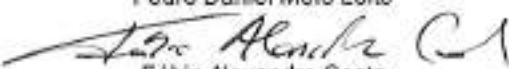
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	Período	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	20	6.933.625	6.065.350
Subsídios à exploração		-	7.215
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(891.250)	(431.565)
Fornecimentos e serviços externos	22	(3.331.046)	(2.870.831)
Gastos com o pessoal	23	(2.322.962)	(2.043.014)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(8.077)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	4.581	8.397
Outros rendimentos	24	147.479	144.777
Outros gastos	25	(9.988)	(6.346)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		522.360	873.983
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	6	(86.850)	(105.530)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		435.511	768.453
Juros e rendimentos similares obtidos	26	1.724	-
Juros e gastos similares suportados	26	(8.309)	(8.309)
Resultado antes de impostos		428.925	760.144
Imposto sobre o rendimento do período	27 e 9	(84.374)	(74.993)
Resultado líquido do período		344.551	685.151
Resultado por ação básico	16	5,74	11,42

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

 Pedro Daniel Melo Leite

 Fábio Alexandre Costa

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2018		300.000	64.464	500.866	1.062.028	763.855	2.691.213
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	17	-	-	-	763.855	(763.855)	-
		-	-	-	763.855	(763.855)	-
Resultado líquido do período						685.151	685.151
Resultado integral						685.151	685.151
A 31 de dezembro de 2018		300.000	64.464	500.866	1.825.883	685.151	3.376.364
A 1 de janeiro de 2019		300.000	64.464	500.866	1.825.883	685.151	3.376.364
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	17	-	-	-	685.151	(685.151)	-
		-	-	-	685.151	(685.151)	-
Resultado líquido do período						344.551	344.551
Resultado integral						344.551	344.551
A 31 de dezembro de 2019		300.000	64.464	500.866	2.511.035	344.551	3.720.916

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro


 Pedro Daniel Melo Leite

 Fábio Alexandre Costa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Notas	Período findo em 31 de dezembro	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		9.155.841	7.173.117
Pagamentos a fornecedores		(5.356.924)	(3.957.060)
Pagamentos ao pessoal		(2.246.454)	(1.995.946)
Caixa gerada pelas operações		1.552.463	1.220.111
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(90.976)	(213.880)
Outros recebimentos/ pagamentos		(583.937)	(474.769)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		877.550	531.462
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(171.779)	(77.498)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2.658	3.200
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(169.123)	(74.298)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	13	7.050.000	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	13	(8.600.000)	-
Juros e gastos similares		(8.318)	(8.726)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(1.558.318)	(8.726)
Variação de caixa e seus equivalentes		(849.891)	448.438
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.021.911	573.473
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	172.020	1.021.911

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

 Pedro Daniel Melo Leite

 Fábio Alexandre Costa

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
1 Introdução	36
2 Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	36
3 Principais políticas contábilísticas	37
4 Fluxos de caixa	46
5 Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros	46
6 Ativos fixos tangíveis	47
7 Ativos intangíveis	49
8 Outros investimentos financeiros	49
9 Ativos por impostos diferidos	50
10 Inventários	51
11 Clientes	51
12 Estado e outros entes públicos	52
13 Acionistas	53
14 Outros créditos a receber	53
15 Diferimentos	54
16 Capital subscrito	54
17 Reservas legais e resultados acumulados	55
18 Fornecedores	55
19 Outras dívidas a pagar	56
20 Vendas e serviços prestados	56
21 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	57
22 Fornecimentos e serviços externos	57
23 Gastos com pessoal	58
24 Outros rendimentos	58
25 Outros gastos	59
26 Gastos e rendimentos financeiros	59
27 Imposto sobre o rendimento	59
28 Dividendos	60
29 Contingências	61
30 Partes relacionadas	61
31 Disposições legais	65
32 Eventos subsequentes	65

L
 J
 J

J

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Introdução

A Gloaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., (referida neste documento como Gloaleda ou Empresa) foi constituída em 23 de setembro de 1997 e tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como na comercialização de telefones móveis celulares.

A Gloaleda desenvolve como atividades principais:

- i) Atividade de consultoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos, designadamente prestação de serviços de consultoria, ao abrigo do contrato outsourcing EDA;
- ii) Comercialização de telemóveis e acessórios – a Gloaleda é representante da Vodafone, possuindo uma rede de lojas com imagem 100% Vodafone e efetuando a promoção de produtos de propriedade da Vodafone; e
- iii) Operação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações – a Gloaleda assegura a operação e manutenção de todas as redes de telecomunicações privadas da EDA e de outros operadores de telecomunicações.

A Gloaleda pertence ao Grupo EDA, sendo detida em 74,9% pela Electricidade dos Açores, S.A. e em 25,1% pela Novabase Business Solutions.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2020. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Gloaleda, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., pelo método da consolidação integral.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Globaleda, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, e considerando as atividades de operação e manutenção relativas a contratos existentes, bem como os projetos da área dos sistemas de informação a iniciar ou já em curso contratualizados com a EDA que é também a principal acionista, bem como as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Globaleda e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se

relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

Em 31 de dezembro as cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos foram as seguintes:

Moeda	2019	2018
USD	1,1234	1,1450
GBP	-	0,8945

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 20 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 a 10 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 a 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo

este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados, rubrica de Outros gastos ou Outros rendimentos.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Globaleda reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A Globaleda valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A Globaleda não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais realizados à data do relato financeiro anual. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.



Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A Gloaleda classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Gloaleda classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Gloaleda avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Gloaleda reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. Subsequentemente os inventários são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Em 19 de novembro de 2015, foi acordado que a gestão de inventários das lojas fosse assumida diretamente pela Vodafone justificando-se a redução significativa do equipamento de propriedade da Gloaleda.



3.7. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada período. As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da empresa corresponde às ações ordinárias emitidas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A Globaleda classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa



variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Globaleda possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.



Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

A taxa de imposto utilizada para o cálculo do imposto diferido à data de balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de 20,5%, que é a taxa de imposto definida para o Grupo EDA.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Globaleda tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Globaleda divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Globaleda detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Globaleda não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Globaleda tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A Globaleda reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da Gloaleda. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Gloaleda; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito reconhecido pela Gloaleda resulta:

- i) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações;
- ii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento;
- iii) da prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e operações de sistemas informáticos.

3.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Gloaleda é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.19. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.20. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Gloaleda tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da Gloaleda e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registar nas demonstrações financeiras.



3.21. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Gloaleda são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.21.1 Provisões

A Gloaleda analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.21.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.21.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Gloaleda, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.22. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Globaleda não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2 - Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2019	2018
Caixa	852	634
Depósitos bancários	171 168	1 021 277
	172 020	1 021 911

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

5 Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que deveriam ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contábilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contábilísticas adotadas pela Globaleda para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contábilísticas

A Globaleda não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contábilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registrados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Edifícios e						Total
	Terrenos	outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	
1 de janeiro de 2019							
Custo de aquisição	170 826	563 441	1 108 729	549 496	470 260	246 522	3 109 274
Depreciações acumuladas	-	(197 999)	(1 068 257)	(425 355)	(466 572)	(236 557)	(2 394 741)
Valor líquido	170 826	365 443	40 472	124 141	3 687	9 965	714 533
Movimento de 2019							
Adições	-	-	-	-	87 333	2 552	89 885
Alienaciones	-	-	(31 223)	(9 942)	-	-	(41 165)
Depreciación - período	-	(11 122)	(19 798)	(37 754)	(13 338)	(4 838)	(86 850)
Depreciación - alienaciones	-	-	31 223	9 942	-	-	41 165
	170 826	354 320	20 674	86 387	77 683	7 679	717 569
31 de dezembro de 2019							
Custo de aquisição	170 826	563 441	1 077 506	539 554	557 593	249 074	3 157 994
Depreciações acumuladas	-	(209 121)	(1 056 832)	(453 167)	(479 910)	(241 395)	(2 440 426)
Valor líquido	170 826	354 320	20 674	86 387	77 683	7 679	717 569




Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registrados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Edifícios e					Total
	Terrenos	outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	
1 de janeiro de 2018						
Custo de aquisição	170 826	563 441	1 720 095	478 107	467 574	3 640 228
Depreciações acumuladas	-	(186 875)	(1 364 155)	(463 095)	(463 479)	(2 710 975)
Valor líquido	170 826	376 566	355 940	15 012	4 095	929 252
Movimento de 2018						
Adições	-	-	14 708	124 328	2 685	148 059
Alienações	-	-	(626 074)	(52 939)	-	(679 013)
Depreciação - período	-	(11 123)	(72 928)	(15 199)	(3 093)	(105 530)
Depreciação - alienações	-	-	368 826	52 939	-	421 765
	170 826	365 443	40 472	124 141	3 687	714 531
31 de dezembro de 2018						
Custo de aquisição	170 826	563 441	1 108 729	549 496	470 260	3 109 274
Depreciações acumuladas	-	(197 999)	(1 068 257)	(425 355)	(466 572)	(2 394 741)
Valor líquido	170 826	365 443	40 472	124 141	3 687	714 533

As adições verificadas no presente exercício referem-se essencialmente à aquisição de computadores e mobiliário.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela Globaleda referem-se a programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	8 258	178 278
Amortizações acumuladas	(8 258)	(178 278)
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>
Alienações	-	(170 020)
Amortização - alienações	-	170 020
	<u>-</u>	<u>-</u>
31 de dezembro		
Custo de aquisição	8 258	8 258
Amortizações acumuladas	(8 258)	(8 258)
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 2018 o valor das alienações refere-se essencialmente a equipamento no âmbito do contrato de outsourcing.

8 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa e apresenta a seguinte decomposição:

Investimentos em associadas	% detida	2019	2018
ONIAÇORES	0,002	5	5
Outros investimentos			
Fundo de compensação do trabalho		9 904	-
		<u>9 909</u>	<u>5</u>

9 Ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor líquido. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	(1 711)	1 450
	<u>(1 711)</u>	<u>1 450</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Ativos por impostos diferidos, que se refere à imparidade de clientes não aceite fiscalmente, resume-se como segue:

	<u>Provisões não aceites</u>
A 1 de janeiro de 2019	1 824
Constituição por resultados	-
Reversão por resultados	(1 711)
Movimento do período	(1 711)
A 31 de dezembro de 2019	<u>113</u>
	<u>Provisões não aceites</u>
A 1 de janeiro de 2018	374
Constituição por resultados	1 824
Reversão por resultados	(374)
Movimento do período	1 450
A 31 de dezembro de 2018	<u>1 824</u>



10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Telemóveis	16 674	15 049
Acessórios	2 328	6 385
Equipamento informático	40 736	4 065
Equipamentos rádio	89 763	59 465
	<u>149 501</u>	<u>84 964</u>
Imparidade de inventários	(13 896)	(12 175)
	<u>135 606</u>	<u>72 788</u>

O custo dos inventários reconhecidos em 2019 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 891.250 euros (2018: 431.565 euros) (Nota 21).

Imparidade de inventários

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A 1 de janeiro	(12 175)	(12 175)
Aumentos	(8 077)	-
Utilização do ano	6 356	-
A 31 de dezembro	<u>(13 896)</u>	<u>(12 175)</u>

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a composição da rubrica de Clientes é como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes - grupo i)	149 377	1 029 126
Clientes - outros ii)	698 281	1 658 463
Clientes de cobrança duvidosa	-	141 934
	<u>847 658</u>	<u>2 829 523</u>
Imparidade de clientes	(551)	(141 590)
	<u>847 107</u>	<u>2 687 934</u>

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se essencialmente aos saldos do grupo a receber por conta dos serviços prestados e equipamentos no âmbito do contrato de outsourcing (Nota 30);

i) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços de telecomunicações e sistemas de informação.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor, sendo de natureza corrente pelo facto de se esperar que os saldos sejam realizados num período inferior a 12 meses.

Os saldos de clientes em 31 de dezembro de 2019 apresentam a seguinte antiguidade:

	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Grupo	149 277	-	100	-	-	149 377
Outros	520 679	44 544	5 711	5 031	122 316	698 281
	<u>669 956</u>	<u>44 544</u>	<u>5 811</u>	<u>5 031</u>	<u>122 316</u>	<u>847 658</u>

Os saldos de clientes com antiguidade superior a 360 dias referem-se a entidades públicas para as quais existe expectativa de realização e outras entidades para as quais existe perda por imparidade reconhecida no exercício de 2019.

Para os saldos que apresentam dificuldades de recuperação foram consideradas imparidades cujo saldo resulta do seguinte movimento:

	2019	2018
A 1 de janeiro	141 590	149 987
Reforço do ano	-	10 657
Utilização do ano	(136 458)	-
Reversões	(4 581)	(19 054)
A 31 de dezembro	<u>551</u>	<u>141 590</u>

A Empresa procedeu ao desreconhecimento de contas a receber sem expectativa de recuperabilidade, com perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores, no montante de 136.458 euros.

12 Estado e outros entes públicos

No período findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento - IRC	44 134	-	-	32 594
Impostos sobre rendimento - IRS	-	21 565	-	18 292
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	20 411	-	-	161 786
Contribuições para segurança social	-	51 187	-	46 253
	<u>64 545</u>	<u>72 752</u>	<u>-</u>	<u>258 925</u>

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pagamentos por conta	125 427	112 794
Estimativa de IRC (Nota 27)	(81 293)	(145 388)
	<u>44 134</u>	<u>(32 594)</u>

13 Acionistas

Nos termos da política financeira traçada pelo acionista EDA no que concerne à cedência de fundos a serem efetuados sempre que existam excedentes de tesouraria, o saldo no montante de 1.550.000 euros corresponde ao valor cedido em 31 de dezembro de 2019, os quais vencem juros à taxa média anual de 0,22%. Os juros debitados ao acionista a este respeito perfazem o montante de 1.724 euros - Nota 26.

Esta cedência de fundos sem período de vencimento previsto está classificada em ativo corrente porque as condições da sua atribuição são periodicamente revistas.

14 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Outros devedores		
Caução EDA (Nota 30) i)	531 485	269 514
Outros devedores	20 918	12 487
	<u>552 403</u>	<u>282 001</u>
Adiantamentos a fornecedores	<u>1 167</u>	<u>2 578</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos ii)		
Prestações de serviços	763 861	174 362
Comissões	75 674	100 171
Juros cedências de fundos	1 724	-
Restituição Imposto IRC	-	68 415
	<u>841 259</u>	<u>342 948</u>
	<u>1 394 829</u>	<u>627 527</u>

i) Caução prestada referente ao concurso 17CLPQ-SIRO (Outsourcing informático, em 12/02/2018) e SAP/4HANA;

ii) Os valores constantes da rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos referem-se essencialmente a serviços prestados pela Empresa ao acionista Electricidade dos Açores referentes à estimava dos serviços relativos ao projeto de outsourcing no valor de 295.232 euros (2018: 129.694 euros), bem como 75.674 euros (2018: 100.171 euros) a receber da VODAFONE referente a comissões.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Globaleda tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

	2019	2018
Custos diferidos de serviços a prestar	326 434	274 552
Seguros	11 221	9 791
Diferimentos ativos	337 655	284 343
	2019	2018
Serviços a concluir já faturados	25 180	373 265
Diferimentos passivos	25 180	373 265

Os gastos a reconhecer referem-se a serviços contratados, pagos antecipadamente, como seja o caso dos prémios de seguro e outros gastos associados a serviços a prestar, cuja prestação apenas ocorrerá em períodos subsequentes.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a projetos já faturados no período e a concluir em períodos futuros.

16 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social da Globaleda, no montante de 300.000 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 60.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

	% detida	Número de ações	Capital Social
Electricidade dos Açores	74,9	44 940	224 700
Novabase Business Solutions	25,1	15 060	75 300
	100	60 000	300 000

17 Reservas legais e resultados acumulados

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estas rubricas registaram os seguintes movimentos:

	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados
1 de janeiro de 2018	64 464	500 866	1 062 028
Aplicação do resultado do exercício	-	-	763 855
31 de dezembro de 2018	64 464	500 866	1 825 883
Aplicação do resultado do exercício	-	-	685 151
31 de dezembro de 2019	64 464	500 866	2 511 035

As Reservas legais, que ascendem a 64.464 euros, só podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

As Outras reservas, que ascendem a 500.866 euros, são compostas por reservas livres resultantes da aplicação de resultados não distribuídos, as quais são distribuíveis aos acionistas, desde que a empresa não tenha prejuízos acumulados de períodos anteriores.

De acordo com deliberação da Assembleia Geral de 8 de abril de 2019, o resultado líquido, no montante de 685.151 euros, foi aplicado em resultados transitados.

18 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	2019	2018
	Corrente	Corrente
Fornecedores - grupo	320 538	146 841
Fornecedores - terceiros	646 528	733 377
	967 066	880 219

O saldo a pagar aos fornecedores - grupo decorre essencialmente da prestação de serviços das áreas administrativas e da cedência de pessoal (Nota 30).

O saldo a pagar aos fornecedores - terceiros é justificado na sua maioria com diversos fornecimentos de prestadores de serviços relativos aos projetos em desenvolvimento pela Empresa na área de infraestruturas de rádio, telecomunicações e sistemas de informação.



19 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	2019	2018
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores		
Fornec. investimentos - grupo	-	-
Fornec. investimentos - outros	9 727	73 085
	<u>9 727</u>	<u>73 085</u>
Outros credores		
Credores diversos	18 165	13 637
Pessoal	1 013	111
	<u>19 178</u>	<u>13 748</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	274 966	268 079
Outros acréscimos de gastos i)	139 568	167 180
	<u>414 534</u>	<u>435 259</u>
	<u>443 439</u>	<u>522 092</u>

i) A rubrica de Outros acréscimos de gastos refere-se essencialmente a serviços prestados pela Empresa ao acionista Electricidade dos Açores referentes à estimava dos serviços relativos ao projeto de outsourcing no montante de 55.858 euros (2018: 31.276 euros), a serviços referentes à implementação da solução SAP ARIBA perfazendo um valor total de 30.000 euros (2018: 52.516 euros).

20 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2019	2018
Vendas de produtos		
Equipamento informático	757 586	283 753
Equipamento rádio	366 410	225 021
Equipamentos de telecomunicações	58 282	68 522
Acessórios	6 527	5 383
	<u>1 188 805</u>	<u>582 679</u>
Serviços prestados		
Sistemas de informação	3 548 131	2 906 373
Manutenção de infraestruturas de telecomunicações	1 323 624	1 706 375
Comissões Vodafone	776 592	754 377
Outros serviços prestados	96 473	115 545
	<u>5 744 820</u>	<u>5 482 671</u>
	<u>6 933 625</u>	<u>6 065 350</u>

21 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 demonstra-se como segue:

	2019	2018
Inventários iniciais (Nota 10)	84 964	28 770
Compras	975 853	493 842
Regularização de inventários	(20 066)	(6 085)
Inventários finais (Nota 10)	(149 501)	(84 964)
	891 250	431 565

22 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2019	2018
Subcontratos	i)	2 572 798	2 082 104
Rendas e alugueres	ii)	208 440	200 375
Trabalhos especializados	iii)	146 607	109 495
Comunicações		55 751	55 061
Conservação e reparação		49 667	52 063
Combustíveis		45 552	46 552
Deslocações e estadas		41 627	45 898
Seguros		39 186	30 446
Honorários		29 322	69 964
Transporte de mercadorias		22 707	22 699
Formação profissional		21 757	53 394
Outros (inferiores a 20.000 euros)		97 634	102 780
		3 331 048	2 870 831

i) A rubrica de Subcontratos refere-se essencialmente à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução de projetos, salientando-se o contrato de Outsourcing com a EDA, no qual a Globaleda subcontrata a Novabase como parceiro do projeto. Estes serviços especializados e materiais atingiram um total de 320.836 euros (2018: 418.848 euros), bem como a cedência de pessoal da EDA no montante de 690.465 euros (2018: 585.149 euros);

ii) Rendas e alugueres: respeita ao aluguer das lojas comerciais fidelizadas à imagem Vodafone e à renda do edifício dos serviços administrativos e de apoio;

iii) Os trabalhos especializados incluem maioritariamente os honorários para a revisão legal das contas e auditoria, os serviços de informática no montante de 93.421 euros (2018: 60.574 euros) e serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA no montante de 22.572 euros (2018: 20.691 euros).

23 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos durante o período de 2019 e 2018 foram como segue:

	2019	2018
Remunerações		
Orgãos sociais	181 071	151 778
Pessoal	1 657 357	1 480 222
	1 838 428	1 632 000
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	423 134	362 084
Gastos de ação social	38 288	27 507
Indemnizações	-	546
Outros	23 112	20 876
	484 534	411 014
	2 322 962	2 043 014

O número médio de empregados da Empresa em 2019 foi de 90 (2018: 86).

24 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

		2019	2018
Rendimentos suplementares	i)	135 057	141 976
Ganhos na alienação de outros ativos		2 330	2 733
Recuperação de dívidas a receber		2 888	-
Outros		7 204	68
		147 479	144 777

i) A rubrica de Rendimentos suplementares inclui os créditos efetuados pela Vodafone relativos ao diferencial dos telemóveis do setor empresarial, o complemento das campanhas publicitárias efetuadas pela Globaleda no apoio à comercialização dos produtos Vodafone e a comparticipação atribuída ao valor das rendas suportadas pela Globaleda nas lojas comerciais fidelizadas à imagem da Vodafone.

25 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos	4 137	4 965
Correções relativas a períodos anteriores	2 700	-
Quotizações	1 512	942
Diferenças cambiais desfavoráveis	502	192
Outros	1 137	247
	<u>9 988</u>	<u>6 346</u>

26 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros e gastos similares		
Juros pagos	-	-
Outros gastos e perdas financeiros	8 309	8 309
	<u>8 309</u>	<u>8 309</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	1 724	-
	<u>1 724</u>	<u>-</u>

27 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto sobre o rendimento corrente (Nota 12)	81 293	145 388
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	1 370	(68 945)
Imposto sobre o rendimento diferido (Nota 9)	1 711	(1 450)
	<u>84 374</u>	<u>74 993</u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de 20,5%.



A reconciliação do montante de imposto sobre o rendimento é conforme segue:

	2019	2018
Resultado antes de impostos	428 925	760 144
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisões não aceites fiscalmente	-	1 363
Perdas por imparidade em contas a receber	(269)	7 073
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	(5 858)	6 628
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	422 798	775 206
Prejuízos fiscais	-	-
Matéria coletável	422 798	775 206
Taxa nominal de imposto	16,80%	16,80%
	71 030	130 235
Derrama Municipal	6 342	11 628
Tributação autónoma	3 920	3 525
Imposto diferido	1 711	(1 450)
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	1 370	(68 945)
Impostos sobre o rendimento do exercício	84 374	74 993

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2019	2018
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
	18,30%	18,30%

28 Dividendos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve distribuição de dividendos referente lucros dos períodos de 2018 e 2017.

29 Contingências

Passivos contingentes

A Globaleda tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2019	2018
Direção Regional do Ambiente	Execução Rede Monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas do Grupo Central e Ocidental	2014	9 074	9 074
Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	Aquisição e implementação do sistema de gestão da rede de abastecimento da água do concelho de Angra do Heroísmo	2014	1 668	1 668
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5 000	5 000
EDA, SA	Prestação Serviços Desenho e Implementação de solução de Data Warehouse e Business Intelligence	2017	-	7 976
Marques, SA	Empitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" - Lote 35 e Parque de Estacionamento	2015	-	3 668
Somague Edifor, SA	Empitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" - Lote 35 e Parque de Estacionamento	2015	-	3 668
Tecnova, SA	Empitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" - Lote 35 e Parque de Estacionamento	2015	-	1 834
Escola Secundária da Ribeira Grande	Fornecimento e instalação de diverso equipamento de informática para a rede informática da escola secundária da Ribeira Grande	2007	-	4 944
Escola Básica Integrada Logaa	Fornecimento e instalação de rede estruturada	2007	-	2 187
			15 742	40 020

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Globaleda não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

30 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Globaleda é controlada pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. que detém 74,9% do capital da empresa. Os restantes 25,1% são detidos pela Novabase Business Solutions.

30.1. Remuneração do Conselho de Administração

Os Órgãos de Gestão da Globaleda foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2019	2018
Remunerações (Nota 23)	181 071	151 778
	181 071	151 778

Os membros dos Órgãos de Gestão da Globaleda não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fiscal Único	7 500	7 500
	<u>7 500</u>	<u>7 500</u>

30.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

Electricidade dos Açores, S.A.
 Novabase Business Solutions

Partes relacionadas por via de Acionistas:

EDA Renováveis, S.A.
 SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.
 ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.
 NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.
 Novabase Digital, S.A.
 Axianseu - Digital Solutions, S.A.
 Axianseu II - Digital Consulting, S.A.

(b) transações e saldos pendentes

i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Globaleda efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

Vendas de produtos e serviços

Vendas	<u>2019</u>	<u>2018</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	21 648	173 385
	<u>21 648</u>	<u>173 385</u>

Serviços prestados	<u>2019</u>	<u>2018</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	3 454 503	2 335 167
Novabase Business Solutions	-	689 235
	<u>3 454 503</u>	<u>3 024 401</u>



Compras de produtos e serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	642 054	705 783
Novabase Business Solutions	126 703	251 106
	<u>768 757</u>	<u>956 889</u>

Juros e rendimentos similares

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	1 724	-
	<u>1 724</u>	<u>-</u>

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos devedores			
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	a)	1 689 785	987 366
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. - Caução		531 485	269 514
		<u>2 221 270</u>	<u>1 256 880</u>
Saldos credores			
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.		57 648	72 006
Novabase Business Solutions		46 537	17 550
		<u>104 185</u>	<u>89 556</u>

a) Compreende 1.550.000 euros dezembro de 2019, correspondente às cedências de fundos ao acionista EDA que vence juros conforme indicado na Nota 13.

ii) Partes relacionadas por via de acionistas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Globaleda efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

Vendas	2019	2018
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	551	4 766
EDARenováveis, S.A.	1 021	3 969
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	46	2 341
	1 618	11 076

Serviços prestados	2019	2018
Axianseu - Digital Solutions, S.A.	5 740	-
EDARenováveis, S.A.	15 472	28 665
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	4 239	11 831
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	10 838	7 543
Novabase Digital, S.A.	-	2 399
	36 289	50 438

Compras de produtos e serviços

	2019	2018
Axianseu - Digital Solutions, S.A.	120 398	-
Axianseu II - Digital Consulting, S.A.	381 924	-
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	25 236	5 760
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	9 662	22 220
Novabase Digital, S.A.	-	162 460
	537 220	190 441

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:



	2019	2018
Saldos devedores		
Axianseu - Digital Solutions, S.A.	2 091	-
EDA Renováveis, S.A.	2 786	15 229
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	4 615	14 385
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	100	12 146
	9 592	41 760
Saldos credores		
Axianseu - Digital Solutions, S.A.	13 846	-
Axianseu II - Digital Consulting, S.A.	195 357	-
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	7 151	6 589
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	-	3 189
Novabase Digital, S.A.	-	47 508
	216 354	57 286

31 Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

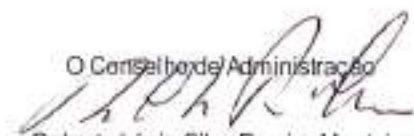
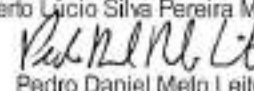
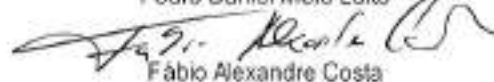
32 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Em março de 2020 foi declarado pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença (Covid-19). Na sequência do conjunto de medidas excecionais e de carácter temporário para contenção da referida doença, tendo sido implementado um Plano de contingência que passa por aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, sem impacto na continuidade dos projetos já em curso ou a iniciar. A esta data ainda não é possível determinar a extensão e os impactos desta situação, contudo, entende-se que não colocará em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos financeiros assumidos.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

 Pedro Daniel Melo Leite

 Fábio Alexandre Costa

APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS

h
A
P

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

4
8
12

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade, tendo presente a situação de emergência sanitária decorrente da evolução do COVID-19. Salientamos que o Conselho de Administração tem adotado as medidas que se revelam necessárias em termos de segurança e contingência e, naturalmente, seguirá todas as imposições legais e de natureza diversa emanadas pelas autoridades competentes que sejam de aplicação prática e apropriadas para a Entidade. Esta situação terá reflexos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade durante o ano de 2020, cujo impacto não é possível de ser determinado.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 16 de abril de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

h
t
p

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 5.229.353 euros e um total de capital próprio de 3.720.916 euros, incluindo um resultado líquido de 344.551 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Decorrente da evolução dos efeitos do surto do COVID 19, classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, poderão vir a ocorrer factos e tomadas de decisões que eventualmente tenham impacto significativos com reflexos nas operações futuras e na situação patrimonial e financeira da Entidade. Conforme descrito na Nota 32 do anexo às demonstrações financeiras, atendendo à informação atualmente disponível no que respeita à extensão e gravidade desta situação, o Conselho de Administração considera que existem condições para enfrentar as incertezas futuras.



A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 16 de abril de 2020



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

h
A
R

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Globaleda - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 5.229.353 euros e um total de capital próprio de 3.720.916 euros, incluindo um resultado líquido de 344.551 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Globaleda - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação da nova doença ("COVID-19"). Em resultado, as autoridades competentes locais e internacionais têm vindo a estabelecer um conjunto de medidas excecionais e de carácter temporário com o objetivo de conter a propagação da referida doença. Conforme mencionado nas Notas 3 e 32, tem vindo a ser implementado um plano de contingência para aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, sem impacto na continuidade dos projetos já em curso ou a iniciar. Embora esta data não seja possível determinar a extensão e severidade dos impactos desta situação, o Conselho de Administração considera que, tendo por base as atividades de operação e manutenção relativas a contratos existentes, os projetos da área dos sistemas de informação a iniciar ou já em curso contratualizados, bem como as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, que existem condições para considerar adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

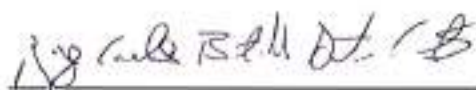
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de abril de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC